

RESENHA

Pessimismo da razão e otimismo da vontade: colapso socioambiental e revolução no decênio decisivo

José Roberto Porto de Andrade Júnior¹<https://orcid.org/0000-0002-1862-2540>**Fernando Batista Pereira¹**<https://orcid.org/0000-0002-5726-829X>**Everton Rodrigues da Silva¹**<https://orcid.org/0000-0003-4708-4451>¹Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, Brasil.**RESENHA: Pessimismo da razão e otimismo da vontade: colapso socioambiental e revolução no decênio decisivo**MARQUES, Luiz. *O decênio decisivo*: propostas para uma política de sobrevivência. São Paulo: Elefante, 2023.**REVIEW: Pessimism of reason and optimism of will: socio-environmental collapse and revolution in the decisive decade**MARQUES, Luiz. *The decisive decade*: proposals for a survival policy. São Paulo: Elefante, 2023.

Recebido em 25.03.2024. Aprovado em 16.09.2024. Revisado em 11.10.2024



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

O aforismo referido no título desta resenha ficou amplamente conhecido no Brasil e em outras regiões do mundo por meio dos escritos de Antônio Gramsci, marxista italiano da primeira metade do século XX, que utilizou o argumento algumas vezes em sua obra. Naquele que é tido como o seu primeiro uso, um artigo de jornal de 1920, não assinado e endereçado aos anarquistas italianos, o jovem Gramsci afirmou que a “concepção socialista do processo revolucionário se caracteriza por duas notas fundamentais que Romain Rolland resumiu desde a palavra-de-ordem — o ‘Pessimismo da Razão’ e o ‘Otimismo da Vontade’.”¹ (Della Santa, 2016, p. 32).

O excelente livro de Luiz Marques “O decênio decisivo: propostas para uma política de sobrevivência”, publicado em 2023 pela editora Elefante, pode ser lido como um chamado à ação permeado pelos valores que o aforismo representa.

O “pessimismo da razão” tem papel central e ocupa a maior parte da obra de Marques, que discute o colapso socioambiental atualmente vivenciado em escala planetária. Ele aparece desde a primeira página do livro, quando Marques explica o título da obra ao anunciar que “vivemos o último decênio em que mudanças estruturais em nossas sociedades podem ainda atenuar significativamente os impactos do processo de colapso socioambiental em curso” (Marques, 2023, p. 21). Ainda no prefácio, o autor acrescenta que o cenário impõe à espécie humana uma “ameaça existencial”, uma vez que a sinergia entre as crises em curso — as principais sendo a emergência climática e a aniquilação da biodiversidade — pode produzir um “planeta largamente inabitável pela espécie humana” (Marques, 2023, p. 28–30).

Mais à frente no texto, o autor complementa que se trata de uma tendência “em crescente medida, *irreversível*”, uma vez que o sistema climático continuará a se aquecer e os eventos climáticos extremos continuarão a se intensificar numa velocidade maior que a do século XX. Segundo ele, “um futuro pior tornou-se agora inevitável, quaisquer que sejam as nossas escolhas” e “nossas opções são entre um futuro pior e um futuro terminal” (Marques, 2023, p. 41).

Longe de basear-se em “achismos” ou em discursos “fáceis”, Luiz Marques fundamenta seu “pessimismo” — ou, melhor dizendo: realismo! — na mais bem acabada síntese sobre o estado da arte da produção científica global sobre o colapso socioambiental já produzida em língua portuguesa.

A chamada “Parte I” da obra discute o “sistema alimentar” e trabalha temas como: aniquilação biológica, extinção de espécies, mortandade animal, destruição das florestas, uso de agrotóxicos, indústria da proteína animal, ineficiência energética do consumo de carne e Amazônia. A chamada “Parte II” trata do “sistema energético”, trabalhando temas como: emissões de gases do efeito estufa, concentração atmosférica destes gases, transição energética, desequilíbrio energético da Terra, aquecimento marinho, ondas de calor, orçamento de carbono, alças de retroalimentação do aquecimento e Ártico. O capítulo 8, já na “Parte III” do livro, encerra o trecho mais analítico da obra com a discussão de temas como desigualdades socioeconômicas, poluição e produção de plástico.

Nesses capítulos, os dados que representam o que há de mais importante e de mais atual (obviamente, até a data de escrita da obra) sobre cada aspecto do colapso atual são apresentados de maneira clara, com o apoio de gráficos, mapas, tabelas. O leitor e a leitora são conduzidos com transparência e firmeza em direção às bem elaboradas sínteses que Luiz Marques produz sobre a realidade contemporânea.

Nessas sínteses, as palavras essenciais não são omitidas. Marques é claro ao associar o colapso socioambiental com o capitalismo, afirmando que o aquecimento planetário não cessará enquanto o modo de produção atual continuar existindo, ainda que adotando as chamadas estratégias mitigadoras de um “capitalismo verde” ou “sustentável”. Ele explica que o ciclo de reprodução ampliada do capital é regido pelo consumo crescente (ou ao menos não decrescente) de energia, ressalta que os principais detentores de capital são também os principais financiadores dos empreendimentos econômicos que sustentam o “sistema alimentar” e o “sistema energético” contemporâneos e destaca que os Estados têm sido não apenas coniventes com a situação, mas operam no mesmo grau de “irresponsabilidade criminosa” que as grandes corporações.

O autor transborda realismo ao afirmar a incompatibilidade entre capitalismo e proteção da natureza, explicando que a “engrenagem da emergência climática” é também uma “engrenagem financeira”, formada por “quantidades até agora crescentes de créditos, subscrições e investimentos na indústria de combustíveis fósseis e no sistema alimentar globalizado”. Essa engrenagem, segundo o autor, “se origina numa economia baseada na queima de combustíveis fósseis, na monocultura de escala e, em especial, na produção industrial de carne”. Uma economia “controlada pelos detentores de capital, cuja razão de ser é a máxima rentabilidade

dos investimentos e a reprodução ampliada do ciclo econômico, o que implica expansão sempre crescente de consumo energético” (Marques, 2023, p. 201–205).

O que parcela da comunidade científica global entende como causa do colapso socioambiental recebe no livro o nome adequado. Não são as “atividades humanas”, em sentido genérico e abstrato, que geram o problema, mas um modo específico de organização social, concreto e historicamente situado. Nas palavras do autor, trata-se do “modo de funcionamento corporativo, privado e estatal, dos sistemas (i) energético, (ii) extrativo e (iii) alimentar em escala global”, sistemas interdependentes, que “operam em estreita interação com: (iv) a indústria, sobretudo de cimento e petroquímica; (v) as *trading companies* (ABCD, COFCO etc.); e (vi) o setor financeiro, redes corporativas igualmente oligopolizadas e globalizadas”. Esse ‘todo’ forma, para Marques, a “civilização termofóssil que hoje ameaça a humanidade e, em geral, a vida pluricelular no planeta” (Marques, 2023, p. 206).

Como uma crítica construtiva em relação ao trecho mais analítico da obra, cabe destacar que não houve referência à indústria da desinformação como elemento organizador da vida pública contemporânea nos âmbitos econômico e político. Ao destrinchar o modo de operação do sistema geopolítico global, Marques não destacou o negacionismo e a outras formas de desinformação. Enquanto expressão de uma epistemologia neoliberal, como explica Lowande, o negacionismo possui intenção de desqualificar consensos estabelecidos na comunidade científica quando eles violam os assuntos de interesse dos grupos dominantes (Lowande, 2023). A crise climática é um dos focos centrais da indústria da desinformação justamente por seu potencial de violação dos interesses dominantes da sociedade capitalista.

Se há “pessimismo da razão”, o “otimismo da vontade” também aparece com destaque no livro “O decênio decisivo: propostas para uma política de sobrevivência”. Para Luiz Marques ainda há tempo de realizar as ações necessárias para mitigar o desastre que se avizinha. Nas palavras do autor, que desde o prefácio evidencia o tom esperançoso e o chamado à ação que marcam o livro:

a motivação para escrever este livro nasce de duas apostas otimistas. A primeira é que os anos decisivos para evitar esses cenários futuros extremos ainda estão diante de nós. São os anos do decênio em curso, razão do título deste livro. A segunda aposta, não menos otimista, é que seremos capazes de agir individual e politicamente ao longo deste decênio, com a radicalidade requerida para reverter o que ainda pode ser revertido, mitigar o que ainda pode ser mitigado e, com isso, aumentar significativamente nossas chances de adaptação aos impactos vindouros do aquecimento global, do empobrecimento da biodiversidade e da intoxicação dos organismos pela poluição químico-industrial (Marques, 2023, p. 30).

Marques explica que “tudo depende agora da política” e “não mais da economia” (Marques, 2023, p. 44) e que a luta política deve direcionar-se para assunção do “controle das decisões relativa aos investimentos das corporações” e pelo “controle dos investimentos estratégicos dos Estados nacionais”, a partir de uma grande aliança entre ciência e política popular pelo direito à vida e ao território. Segundo ele, esse “controle das decisões nacionais só poderá ser conquistado através do controle social e radicalmente democratizado do poder do Estado, em particular no que se refere às decisões sobre investimentos estratégicos em energia e alimentação.” (Marques, 2023, p. 221).

Seu pensamento baseia-se na constatação de que os retrocessos sociais e ecológicos dos últimos 70 anos apontam para o fracasso do multilateralismo (da governança política global socioecológica) e da autonomia absoluta dos Estados nacionais. Marques também destaca a força do poder corporativo transnacional e a ausência de poder mandatário dos Estados sobre a rede corporativa instalada, além de constatar a flagrante incoerência entre o discurso e prática dos governantes.

Com esses pressupostos, Marques enuncia o que chama de oito “princípios basilares” sobre os quais se assenta uma necessária “política de sobrevivência” e que constituem a “moldura de referência de um programa de ação política concreta que caberá às sociedades, coletivamente, formular e desenvolver” (Marques, 2023, p. 59). São eles, em síntese: 1) redução emergencial das desigualdades entre os membros da espécie humana; 2) diminuição do consumo humano de materiais e energia; 3) extensão da ideia de sujeito de direito às demais espécies, à biosfera e às paisagens naturais; 4) restauração e ampliação das reservas naturais e das reservas indígenas, que devem ser consideradas santuários inacessíveis aos mercados globais; 5) desmantelamento da economia global e transição para uma civilização descarbonizada; 6) desglobalização do sistema alimentar

e sua transição para uma alimentação baseada em nutrientes vegetais; 7) superação do axioma da soberania nacional absoluta em benefício de uma soberania nacional relativa no arcabouço jurídico internacional vigente; 8) aceleração da transição demográfica.

Esses princípios não constituem receita a ser seguida ou aplicada e também não são elaborados com pormenores na obra. Para Marques, que colhe do solo fértil do que há de melhor no marxismo e na literatura revolucionária, “não cabe a mim nem a ninguém teorizar ou prescrever receitas políticas” (Marques, 2023, p. 440).

Ainda segundo o autor, as propostas têm em comum “uma revalorização da noção de *limite*, essa noção que o capitalismo desconhece ou despreza e que é, de fato, incompatível com seu *modus operandi*”. Ele acrescenta que é “preciso devolver às noções de limite, de justa medida e de decoro (no sentido de adequação, derivado do termo latino *decus*), o valor ao mesmo tempo positivo e impositivo que lhes era atribuído” por toda a tradição clássica e pela sabedoria dos povos originários. Ainda segundo Marques, o “limite não pode mais ser entendido como um desafio e um obstáculo a ser continuamente superado, pois somos seres finitos num planeta que é o nosso único lar, que tem recursos declinantes e equilíbrios sistêmicos frágeis” (Marques, 2023, p. 438–439).

Os argumentos de Luiz Marques fazem lembrar da utilização da alegoria do trem como representação da sociedade contemporânea, presente no pensamento de Walter Benjamin, referência central da chamada Escola de Frankfurt. A partir do século XIX, a metáfora da locomotiva que avança, com rapidez crescente, para um futuro melhor passou a ocupar um lugar central no imaginário ocidental. Benjamin utilizou a alegoria do trem para discutir o momento histórico que vivenciava (século XX), mas de modo invertido. Para ele, o trem da história avança, em verdade, em direção ao abismo e a revolução é a interrupção dessa viagem rumo à catástrofe (Löwy, 2005, p. 156). Trata-se de “puxar os freios de emergência”.

Em Marques, encontramos também a revolução anticapitalista como essa tentativa de interromper o fluxo do trem em direção ao abismo, de “puxar os freios de emergência”. Trata-se, nas palavras do autor, de uma “política de sobrevivência” a ser forjada e posta em prática pelos setores mais espoliados, estigmatizados e marginalizados das sociedades, afinal são eles quem têm a sabedoria para nos salvar. Ele deixa essa perspectiva e esse desejo claros, desde o prefácio da obra:

[...] seremos capazes de construir um projeto social pós-capitalista, centrado na exigência do encontro da diminuição das desigualdades sociais com a diminuição das pressões antrópicas sobre o sistema Terra. Um programa político baseado nessa exigência não é só factível, mas é também o único possível se quisermos sobreviver como sociedades e, no limite, como espécie. Esse é o sentido do subtítulo deste livro: propostas para uma política de sobrevivência. Estas páginas se pretendem, portanto, como um chamado à radicalidade da ação política socioambiental, e sua ambição maior é suscitar ou enfatizar o senso de máxima urgência exigido por este decênio decisivo (Marques, 2023, p. 31).

Ouvir com clareza esse “chamado à radicalidade da ação política socioambiental” e perceber a importância que o “otimismo da vontade” possui na mensagem que a obra encaminha, é essencial para uma leitura correta do texto.

A gravidade da situação contemporânea e a enormidade da dificuldade do desafio que temos à frente como humanidade podem ensejar apatia e desânimo como respostas emocionais da leitura do livro. Mas esse não é o desejo do autor. Vivemos o “decênio decisivo” e a revolução anticapitalista é o único — e possível! — caminho para interrompermos o curso desta locomotiva em direção ao abismo.

Os movimentos sociais, os grupos subalternos, as pessoas oprimidas, a classe trabalhadora, são as vítimas mais imediatas da catástrofe e os potenciais agentes sociais da formulação e implementação das ações necessárias para conter o desastre. Temos todos um papel a cumprir neste processo. Ainda há tempo para “puxar os freios de emergência” e essa é uma importante mensagem que o livro de Luiz Marques nos transmite. Boa leitura e mãos à obra, há muito a fazer!

Referências

DELLA SANTA, R. Otimismo da vontade, pessimismo da razão: english marxism, Anderson translation & integral journalism of New Left Review (or an internationalist world-marxism in the street-fighting years of western Europe). 2016. 219 p. Tese (Doutorado em

Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/9b79d399-a5ec-416d-8c18-2435e8e9d316/content>. Acesso em: 10 jul. 2024.

LOWANDE, W. F. F. A ciência no tempo das catástrofes: o caso da emergência da Ciência do Sistema Terra. *História*, São Paulo, v. 42, n. 2023007, p. 1–25, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/his/a/FVC5KcrNySwrVXCZ3JV8pvD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2024.

LÖWY, M. Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARQUES, L. O decênio decisivo: propostas para uma política de sobrevivência. São Paulo: Elefante, 2023.

Nota:

¹ Romain Rolland (1866 1944) foi um escritor, dramaturgo, ensaísta, historiador e musicólogo francês. O referido aforismo aparece numa resenha ao livro “Le Sacrifice d’Abraham”, de Raymond Lefebvre, publicada no jornal L’Humanité em 19/3/1919 (Della Santa, 2016, p. 33).

José Roberto Porto de Andrade Júnior

jose.junior@unifal-mg.edu.br

Doutorado em Sociologia – Universidade de São Paulo (USP)

Professor da Universidade Federal de Alfenas-MG (UNIFAL – MG)

Everton Rodrigues da Silva

everton.silva@unifal-mg.edu.br

Doutorado em Administração – Universidade Federal de Minas Gerais

Professor da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL - MG)

Fernando Batista Pereira

fernando.pereira@unifal-mg.edu.br

Doutorado em Economia – Universidade Federal de Minas Gerais

Professor da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL – MG)

UNIFAL-MG

R. Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Centro

Alfenas – MG – Brasil

CEP: 37130-001

Agradecimentos

Agradecemos aos e às discentes da disciplina “Desafios do Desenvolvimento: laboratório de sustentabilidade”, ministrada pelos autores no Programa de Pós-graduação em Gestão Pública e Sociedade (PPGPS) da Unifal-MG no semestre letivo 2023-2, durante a qual foi feita a discussão da obra.

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições dos autores

Os autores foram solidariamente responsáveis pela concepção, planejamento e redação do texto, responsabilizando-se pelas informações presentes. Andrade Júnior é o autor principal, por ter liderado o processo.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

Os autores consentem a publicação do manuscrito.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Editores Responsáveis

Michelly Laurita Wiese – Editora-chefe

Heloisa Teles – Comissão Editorial